



VI SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

UNIVERSIDADE, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS:
SUJEITOS, PRÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

04 A 06 DE JUNHO DE 2024
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CAMPUS VI - CAETITÉ

INTERSECCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Tais Rodrigues Silva¹

Ana Luiza Salgado Cunha²

Lucas Britto Landim³

Resumo: Este trabalho explora o conceito de Interseccionalidade Educação Profissional (EP), destacando sua importância na promoção de uma sociedade antirracista. Inicialmente, é apresentada uma definição do termo e sua relação com a formação profissional, reconhecendo a complexa interação entre diferentes formas de opressão. O artigo tem como objetivo a investigação da interseccionalidade como caminho para reforçar o compromisso com o projeto ético-político da equidade e da inclusão, em busca de uma atuação profissional antirracista e antissexista dentro da EP, que visam analisar os desafios enfrentados na implementação da interseccionalidade, apresentado estratégias para promover uma abordagem mais inclusiva e equitativa, explorando o impacto dessa abordagem na qualidade da EP e no desenvolvimento dos alunos. A estrutura do artigo é delineada, compreendendo um método qualitativo bibliográfico, com autores que abordam o tema para a fundamentação teórica, os desafios enfrentados, as possibilidades de implementação, além de uma conclusão que ressalta a importância da Interseccionalidade na EP. A justificativa pessoal para este artigo reside na minha convicção de que a interseccionalidade é uma ferramenta crucial para promover a igualdade e a justiça social na Educação Profissional. Acredito firmemente que reconhecer e abordar as interseções de raça/etnia, gênero, classe social, sexualidade e outras formas de identidade é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades educacionais justas e significativas. Além disso, há uma justificativa científica substancial para este artigo. A interseccionalidade é um conceito teórico amplamente reconhecido e estudado nas ciências sociais e na educação, inúmeros estudos demonstraram que a aplicação da interseccionalidade pode levar a melhores resultados educativos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais diversificado e estimulante.

¹ Licenciada em Educação Física, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), integrante do Grupo de Pesquisa VIVA's – Grupo de Pesquisa em Estudos Feministas. tais_rodrigues_silva@hotmail.com.

² Professora Assistente da UESB; Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Educação e Pedagoga pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Coordenadora do VIVA's – Grupo de Pesquisa em Estudos Feministas. ana.luiza@uesb.edu.br

³ Doutorado em Engenharia Industrial pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). lucas.landim@ifbaiano.edu.br

Palavras-chave: Interseccionalidade. Educação Profissional. Feminismo Negro. Políticas Educativas.

Abstract: This work explores the concept of Professional Education (PE) Intersectionality, highlighting its importance in promoting an anti-racist society. Initially, a definition of the term and its relation to professional training are presented, acknowledging the complex interaction between different forms of oppression. The article aims to investigate intersectionality as a pathway to reinforce commitment to the ethical-political project of equity and inclusion, seeking an anti-racist and anti-sexist professional performance within PE. It aims to analyze the challenges faced in the implementation of intersectionality, presenting strategies to promote a more inclusive and equitable approach, exploring the impact of this approach on the quality of PE and the development of students. The structure of the article is outlined, comprising a qualitative bibliographic method, with authors addressing the theme for theoretical grounding, the challenges faced, the possibilities of implementation, and a conclusion highlighting the importance of Intersectionality in PE. The personal justification for this article lies in my conviction that intersectionality is a crucial tool for promoting equality and social justice in Professional Education. I firmly believe that recognizing and addressing the intersections of race/ethnicity, gender, social class, sexuality, and other forms of identity is fundamental to ensuring that all students have access to fair and meaningful educational opportunities. Furthermore, there is substantial scientific justification for this article. Intersectionality is a widely recognized and studied theoretical concept in the social sciences and education; numerous studies have shown that the application of intersectionality can lead to better educational outcomes, promoting a more diverse and stimulating learning environment.

Keywords: Intersectionality. Professional Education. Black Feminism. Educational Policies.

Introdução

A compreensão do feminismo negro requer uma análise dos contextos históricos do movimento feminista em geral. Inicialmente ligado aos movimentos sufragistas, o feminismo emergiu com a demanda das mulheres por direitos, especialmente o direito ao voto, no final do século XIX e início do século XX. No entanto, é crucial observar que este movimento era predominantemente liderado por mulheres brancas de classes privilegiadas, o que limitava suas perspectivas e demandas às suas próprias experiências. Se apenas pessoas brancas falarem de pessoas negras não haverá mudança nesse poder, já que “homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco” (Collins, 2016, p. 105).

Portanto, desde o início, o feminismo negro destacou a interseção entre raça, gênero e classe social. Reconhecendo que as experiências das mulheres negras eram moldadas não apenas pelo seu gênero, mas também pela sua raça e condição socioeconômica, o movimento buscava uma abordagem mais inclusiva e holística para a luta pelos direitos das mulheres. “Uma vez que o conceito de humanidade contempla somente homens brancos, nossa luta é para pensar as bases de um novo marco civilizatório” (Ribeiro, 2018, p. 27)

Assim, o termo interseccionalidade surgiu na década de 1980 cunhado dentro do feminismo negro norte-americano, mas que já se pluralizou e está presente em discussões feitas pelas feministas do Sul-Global, autoras feministas como (Akotirene, 2018; Borges, 2013; Crenshaw, 2002; Nogueira, 2017; Piscitelli, 2008; Collins, 2014), refere-se à influência mútua complexa entre diferentes formas de opressão, como raça/etnia, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do estrutural do racismo, capitalismo, e cis-heteropatriarcado-produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais" (Akotirene, 2018, p.19).

Entretanto, foi somente em 1989 que o termo foi de fato sistematizado por Kimberlé Crenshaw (2002), teórica feminista e professora estadunidense especializada em questões de raça/etnia e gênero. Segundo Crenshaw (2002), interseccionalidade é:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 171).

A educação contemporânea enfrenta o desafio de garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e profissionais, independentemente de sua origem social, identidade de gênero, raça/etnia ou outras características. A interseccionalidade, como uma abordagem teórica e prática, oferece uma maneira poderosa de entender como diferentes formas de opressão se sobrepõem e se entrelaçam, afetando a vida das pessoas de maneiras complexas e interconectadas. (Collins, 2000, p. 12).

Na EP, a interseccionalidade reconhece que as experiências e identidades dos estudantes são moldadas por uma variedade de fatores interligados, influenciando sua trajetória acadêmica e profissional. Portanto, quais são os obstáculos e as dificuldades emergentes que surgem da intersecção entre classe social, gênero, sexualidade e raça/etnia dentro do ambiente da sala de aula? Isso é algo a se pensar dentro da EP, especialmente porque enfatiza o interesse em um espaço dinâmico de interação e conflito.

Deste modo, nossa investigação está na problematização das subjetividades, ou seja, como nos tornamos sujeitos de determinada sociedade ou determinado povo? Problematização é, para Foucault (2006), uma metodologia de investigação, é dar um passo atrás e transformar em “problema de investigação” o que comumente não nos chama mais atenção. Investigar diz dessa necessidade de problematizar o presente, ou seja, a partir dos campos de saber, questionar o que vivemos no presente.

De acordo com Marcilio (1998), a trajetória histórica da EP foi pensada, em sua pluralidade, para atender às classes menos favorecidas. Para aqueles que tinham maior poder aquisitivo, a oferta era do ensino propedêutico, o qual permitia prosseguir com os estudos para acesso à universidade (Manfredi, 2002). Contudo, autores como Vieira J. e Vieira M. (2014) discorre que, na atualidade, é preciso ressignificar a EP para além da preparação dos jovens para o mercado de trabalho, ou seja, esta deve contribuir para uma formação crítica dos sujeitos, sendo norteadada pelos princípios de uma educação emancipatória. (Reolon; Castaman; Vieira; 2021, p. 11)

Com isso, a interseccionalidade vem nos dizer sobre a importância de abordar questões de discriminação e desigualdade de forma holística, considerando as interações complexas entre diferentes formas de opressão.

DESENVOLVIMENTO

A presente investigação caracteriza-se pela abordagem qualitativa de cunho bibliográfico que segundo Minayo (2008), a partir desta modalidade é possível compreender o universo simbólico e particular das experiências, dos comportamentos, das emoções e dos sentimentos vividos. Ainda, é cabível entender o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e as interações entre as pessoas, seus grupos sociais e as instituições

A elaboração e embasamento da pesquisa se deu a partir de diversos autores que debatem a temática interseccionalidade, tratada nesse artigo, assim como alguns nomes mundialmente conhecidos: Audre Lorde (1983), bell hooks (1994)⁴, Patricia Hill Collins (1990), Angela Davis (2017). A produção sobre o assunto também é marcante no Brasil por nomes como Sueli Carneiro (2003), Luiza Bairros (1995); além de Lélia Gonzales (2020) e Beatriz Nascimento (2018), que não trabalharam com o conceito em si, mas com muitas premissas que o antecedem. Surgisse também no material elaborado, composto de livros e artigos científicos para abordar a conjuntura histórica da EP no Brasil, pautando-se em Kuenzer (2000), Ciavatta (2005), Cunha (2005), Moura (2007), Lima e Silva (2011), Pacheco (2011) e Ramos (2014).

Crenshaw (2002) enfatizou as interações entre raça/etnia e gênero, mas também explorou as interseções de classe e sexualidade, destacando como esses elementos podem moldar as experiências individuais.

Akotirene (2018), utilizando uma perspectiva decolonial, apresenta a interseccionalidade como uma metodologia. Para ela, essa abordagem funciona como uma ferramenta para desestabilizar as estruturas de poder do colonialismo ocidental. Além disso, Akotirene ressalta que a interseccionalidade evidencia as formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras e oferece caminhos para criar novas possibilidades de existência e participação no mundo (RAMOS, 2021).

Patricia Hill Collins, em *"Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e Políticas de Empoderamento"* (1990), aprofunda a discussão sobre a intersecção de raça/etnia, gênero e classe, analisando como essas categorias sociais interagem e moldam as experiências das mulheres negras. Collins enfatiza a importância de reconhecer e valorizar múltiplas formas de conhecimento e experiência na educação e na pesquisa, promovendo assim uma compreensão mais ampla e inclusiva das dinâmicas de poder e opressão.

Bell hooks, em *"Ensinar a transgredir: a educação como prática da liberdade"* (1994), destaca a necessidade de uma pedagogia crítica e inclusiva que reconheça e valorize as experiências e identidades dos alunos. Hooks argumenta que a educação deve ser um espaço de empoderamento e transformação, onde as

⁴ O nome artístico escolhido pela autora era uma homenagem à sua avó e ela preferia grafar com letras minúsculas como uma forma de protesto contra o ego acadêmico, no qual ela achava importante elevar o conteúdo e não a pessoa.

diferenças são celebradas e utilizadas como recursos educacionais, promovendo assim uma aprendizagem mais significativa e equitativa.

Audre Lorde, em *"As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande"* (1984), critica as abordagens tradicionais de educação que perpetuam formas de opressão e discriminação. Lorde defende a necessidade de uma educação reflexiva, crítica e inclusiva, capaz de desafiar as estruturas de poder existentes e promover a justiça social, estimulando assim uma transformação radical nos sistemas educacionais e sociais.

A formação profissional teve seu início em 1909 com a criação das escolas de artes e ofícios que não surgiram a princípio, para atender às demandas do desenvolvimento industrial da época. Em vez disso, surgiram com uma finalidade predominantemente moral: retirar das ruas jovens sem um lugar definido na sociedade, caracterizando-se, assim, por um viés assistencialista (Kuenzer 2000).

Alguns anos depois, entre 1930 e 1940, o Brasil experimentava transformações profundas que gradualmente o inseriram no contexto capitalista, impulsionando o crescimento industrial e a oferta de empregos. Diante desse cenário, tornou-se imprescindível investir na formação profissional da população, uma vez que as indústrias demandavam trabalhadores qualificados. Assim, a EP deixou de focar exclusivamente na formação básica de crianças para se concentrar também no Ensino Médio.

É diante dessa conjuntura que se faz tão importante o debate sobre interseccionalidade na EP, visto que, os debates sobre o racismo e o sexismo precisa-se considerar “pensar um projeto de nação que considere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo” (Davis, 2016, p. 23). Partindo do pressuposto levantado por Ramos et al. (2019) de que é “extremamente necessário ponderar a intersecção entre classe, raça/etnia e gênero, com vistas a um novo modelo de sociedade, proposto no projeto ético-político profissional”. Nesse sentido, Angela Davis, autora feminista, discute:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que a classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (Davis, 2016, p. 23).

Ao analisar a EP, é imprescindível ultrapassar a mera revisão das atividades executadas dentro do ambiente educacional. É crucial incorporar o princípio da interseccionalidade e situar a prática profissional nos variados contextos temporais e espaciais em que se desdobra. Nessa esfera, as realidades individuais dos sujeitos surgem como determinantes na configuração de suas identidades profissionais, tornar a interseccionalidade como ferramenta educacional dentro da instrumentalidade da EP, é principalmente romper com o conservadorismo hegemônico, heteronormativo que aflige estruturalmente o ambiente educacional. É necessário ter a clareza de que a escola é, dentre tantos outros âmbitos da sociedade, um ambiente reprodutor das desigualdades e conflitos sociais, ela não está desvinculada das ruas, da família, das mídias, do Estado, da política constitucionalizada, da luta de classes, etc. (Barciela, 2015).

É fundamental enfatizar a inclusão de disciplinas obrigatórias nos cursos da EP, que ressalta a discussão dos marcadores sociais como raça/etnia-, gênero, sexualidade, classe e diversidade, bem como a importância da formação contínua dos profissionais que os capacitam para compreenderem a complexidade das desigualdades e intervirem de maneira mais eficaz na promoção da justiça social no contexto educacional. Nesse contexto, torna-se crucial o investimento em políticas de formação e capacitação profissional que adotem uma abordagem interseccional e feminista para orientar a atuação desses profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou a importância crítica de se adotar uma abordagem interseccional na EP contemporânea. A interseccionalidade, como um marco teórico e indutivo, permite uma compreensão mais profunda das múltiplas e complexas formas de desigualdades e discriminações que permeiam os ambientes educacionais e profissionais. Os desafios⁵ são inúmeros, desde a identificação e reconhecimento das intersecções de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade, entre

⁵**Desenvolvimento de currículos inclusivos:** Elaborar currículos que abordem de forma adequada as questões relacionadas à interseccionalidade e que sejam sensíveis às diversas identidades dos estudantes pode exigir uma revisão significativa dos materiais educacionais existentes.

Mudança de paradigma institucional: Instituições de ensino podem enfrentar resistência à implementação de abordagens interseccionais, especialmente se estiverem enraizadas em estruturas tradicionais que privilegiam determinadas perspectivas ou identidades.

Inclusão efetiva de todas as vozes: Garantir que as perspectivas e experiências de todos os estudantes sejam consideradas e valorizadas nas práticas educacionais pode ser difícil em ambientes onde certas vozes são privilegiadas ou marginalizadas.

outras categorias sociais, até a implementação de práticas pedagógicas e políticas institucionais inclusivas.

Contudo, ao analisarmos os aspectos interseccionais dentro das políticas inclusivas de educação, as escolas ainda consideram as condições socioeconômicas determinantes no processo de ensino-aprendizagem escolar. (Saviani, 2008, p. 4-5), deixando em segundo plano as questões de gênero, étnico-raciais e demais interseções.

Estes desafios exigem uma reavaliação contínua das estruturas curriculares, dos métodos de ensino e das políticas educacionais, visando a promoção de uma educação profissional mais justa e acessível para todos os sujeitos, independentemente de suas múltiplas identidades e trajetórias sociais.

A utilização da interseccionalidade pode abrir caminhos para práticas educacionais mais reflexivas, críticas e transformadoras, abre um leque de possibilidades⁶, que reconheçam e valorizem a diversidade e a complexidade dos sujeitos envolvidos. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de profissionais mais capacitados e sensíveis às questões sociais emergentes, preparados para atuar de forma eficaz na promoção da justiça social, da igualdade e da inclusão na sociedade contemporânea.

Portanto, a interseccionalidade na educação profissional não é apenas um conceito teórico, mas uma necessidade prática e urgente que deve ser incorporada de maneira significativa e sustentada nas políticas, práticas e discursos educacionais, visando a construção de um futuro mais justo, igualitário e inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

⁶**Empoderamento dos estudantes:** Ao reconhecer e validar as múltiplas identidades e experiências dos estudantes, a interseccionalidade pode promover o empoderamento e a autoestima, ajudando os estudantes a se sentirem mais confiantes e capacitados para alcançar seus objetivos educacionais e profissionais.

Fomento do diálogo e da colaboração: A abordagem interseccional incentiva o diálogo e a colaboração entre estudantes, educadores e comunidades, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e enriquecedor.

Reconhecimento da diversidade: Ao considerar as interseções de diferentes formas de opressão, a interseccionalidade ajuda a reconhecer e valorizar a diversidade de perspectivas, experiências e identidades presentes na sala de aula e na comunidade escolar.

_____. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BARROS, L.; ALVAREZ, S. E.; ADELMAN, M. **Feminismos e antirracismo: interseções e desafios uma entrevista com Luiza Bair-ros, ministra da Secretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Equidade Racial (SEPPIR)**, 2011-2014. *Meridianos* v. 14, n. 1, p. 50–69, 2016.

BORGES, L. **A periferias do gênero: Uma mirada negra e feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens participantes no Hip Hop e no Funk.** Belo Horizonte, MG, 2013.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos.* Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Nova Iorque: Routledge. 2000.

_____. **Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?. Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains,** Université Paris Diderot, 2014.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CRENSHAW, K. W. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** *Estudos Feministas*, 2002, p. 171-188.

CIAVATTA, M. **A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, G.; RAMOS, M.; CIAVATTA, M.(Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. (2017). **O que é a crítica? Seguido de a cultura de si;** Lisboa, PT: Ed. Texto e Grafia.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro, 2020, Zahar. 375 pp.

HOOKE, B. **Ensinar a transgredir. A educação como prática da liberdade.** Nova Iorque/Londres: Routledge.

KUENZER, A. Z. Primeira Parte. In: KUENZER, A. Z. (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, F. B. G. de; SILVA, K. A. C. P. C. da. As licenciaturas nos Institutos Federais: concepções e pressupostos. In: **Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**, 4, 2011, Goiânia.

LORDE, A. **Mulheres negras: as ferramentas do mestre nunca irão dismantlar a casa do mestre,** 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/11277332/LORDE Audre As ferramentas do mestre nunca v%C3%A3o dismantlar a casa grand](https://www.academia.edu/11277332/LORDE_Audre_As_ferramentas_do_mestre_nunca_v%C3%A3o_dismantlar_a_casa_grande) Acesso em 19/04/2024.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOURA, D. H. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v.1, n.1, p. 23-38, jun. 2008.

NASCIMENTO, B. **Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição.** São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

NOGUEIRA, O. **Preconceito Racial de Marca, Preconceito Racial de Origem.** In: **Tanto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais.** São Paulo, T.A. Queiroz Editora, 2017.

PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Fundação Santilanna, São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura (11), nº 2, 2008, pp.263-274.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REOLON B. D, F.; CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. DE A. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: desafios e perspectivas na formação docente.** Revista Exitus, v. 11, p. e020133, 2021.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** In: Rev. Bras. Educ. vol. 12 no. 34. Rio de Janeiro. jan./abr. 2008.